

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1479 | 17/06/2019 a 23/06/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

QUALIDADE

DA CAPTAÇÃO À TORNEIRA

Há mais de seis décadas, Sanepar garante tratamento e análise da água distribuída para os municípios do Estado

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Não é de hoje que sabemos da importância da água para o ser humano. Afinal, representa o principal componente das nossas células e demais estruturas do corpo, como músculos e vísceras. Mas, claro, não é qualquer água que pode ser consumida. Precisamos, sempre, de água de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos pela ciência e legislação. E, neste quesito, o Paraná está bem servido!

Há quase seis décadas, a Sanepar oferta, com excelência, água de qualidade para quase todos os municípios do Paraná e, ainda, alguns do Estado vizinho de Santa Catarina. Mais do que o trabalho de tratamento para que o produto chegue às torneiras da população, a Sanepar realiza a constante análise da água. E, neste caso, a palavra “constante” não é exagero. A avaliação ocorre na frequência de hora, dia, semana, mês, trimestre e semestre, em quatro laboratórios centrais (Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina) e outros 153 laboratórios descentralizados. Ou seja, é um trabalho técnico minucioso e responsável que garante a potabilidade da água distribuída.

Mesmo assim, nas últimas semanas, algumas notícias errôneas foram veiculadas, trazendo certa desconfiança à população. Mas, a entrevista que a gerente de Avaliação de Conformidades da Sanepar concedeu ao Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR esclarece todos os pontos. Afinal, mais do que dar informação, nosso papel também é esclarecer. Agora, é só abrir a torneira e beber um copo d’água enquanto lê a entrevista.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldado, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1479:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação/Sanepar, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

ÁGUA DO PARANÁ

Por meio de rígido tratamento e análise, Sanepar garante distribuição de água de qualidade aos paranaenses

PÁG. 4

VAZIO SANITÁRIO

Para reduzir o índice de ferrugem asiática, produtores não podem plantar soja até o dia 10 de setembro

Pág. 3

ESPÉCIE EXÓTICA

Javali gera prejuízo econômico, ambiental e sanitário aos produtores. Sistema busca controle dos animais

Pág. 8

GARGALO NO CAMPO

Fornecimento de energia elétrica segue como problema no campo. Copel promete investimento bilionário

Pág. 16

CAPACITAÇÃO

Curso promovido pela FAEP treinou colaboradores de sindicatos quanto aos processos de licenciamento ambiental

Pág. 20

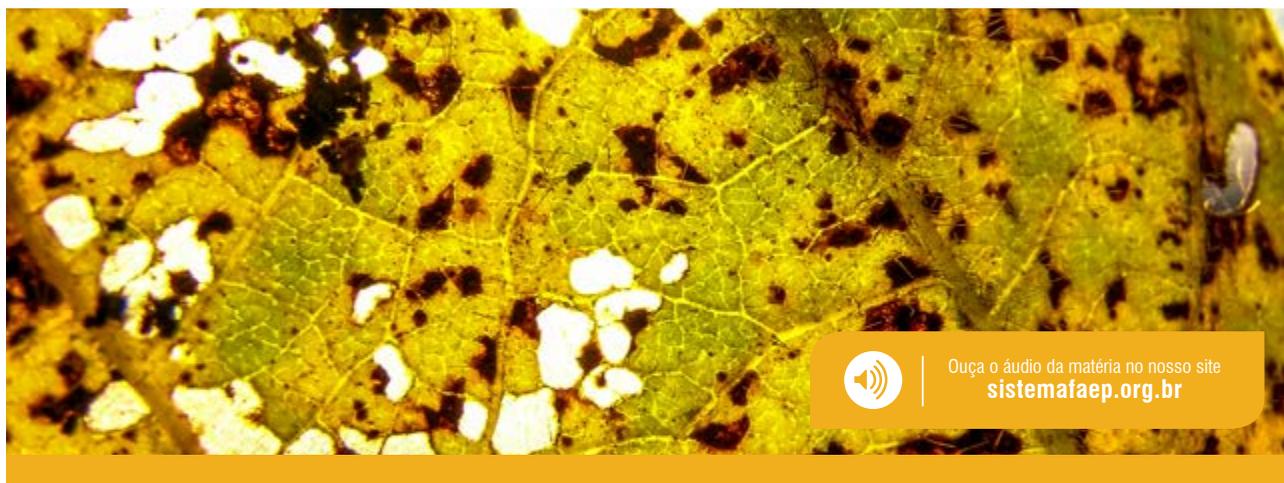
EMPREENDEDORISMO

Por meio do Programa Mulher Atual, produtoras idealizaram o roteiro Caminhos Cambira, voltado para o turismo rural

Pág. 24

Três meses sem soja

Por determinação da Adapar, de 10 de junho a 10 de setembro lavouras não podem conter plantas da oleaginosa. Penas vão de multas até interdição da propriedade



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

O período chamado de vazio sanitário da soja, no qual os produtores ficam expressamente proibidos, por três meses, de ter plantas da oleaginosa em suas lavouras começou no dia 10 de junho. A medida tem como objetivo reduzir a incidência dos esporos de um temido fungo, o *Phakopsora pachyrhizi*, causador da principal doença que tira o sono dos sojicultores: a ferrugem asiática.

A doença tem potencial de prejuízos bilionários e até mesmo de inviabilizar a continuidade da cultura, caso não sejam tomadas as devidas precauções. No último ciclo, por exemplo, houve o registro de 58 casos no Paraná. O Estado foi o vice-campeão nesse quesito, atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 127 casos. O Mato Grosso do Sul foi o terceiro com maior incidência: 54 casos. Os dados são do Consórcio Antiferrugem.

A engenheira agrônoma do SENAR-PR Flaviane Medeiros enfatiza que no período de 10 de junho a 10 de setembro, conforme portaria da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), nenhuma planta de soja deve existir nas lavouras paranaenses. “O período é importante porque interrompe o ciclo do causador da ferrugem asiática, que é um fungo biotrófico, ou seja, precisa da planta viva de soja para sobreviver. Esse período de vazio sanitário interrompe esse ciclo e reduz a incidência do fungo na hora que for ocorrer o plantio, a partir de 10 de setembro”, explica.

Ainda de acordo com a técnica do SENAR-PR, é comum que na hora da colheita da soja fiquem sementes que caem da colheitadeira no solo, gerando o que se configura como plantas voluntárias. “As plantas acabam emergindo na lavoura.

A recomendação é que se eliminem todas essas plantas. O produtor deve fazer a capina ou passar algum herbicida que mate essas plantas de soja”, pontua.

Flaviane explica que é impossível eliminar o fungo por completo. Mas, com essa medida, de deixar o solo sem plantas hospedeiras, o que acontece é um retardamento no aparecimento da ferrugem na próxima safra. “É importante lembrar que a determinação é feita por meio de portaria e é obrigatória”, lembra. Os produtores estão sujeitos desde multas até a interdição da propriedade caso não cumpram as recomendações.

Prejuízos bilionários

A Embrapa Soja, com sede em Londrina, no Norte do Paraná, estima que o controle da ferrugem asiática, por safra, consoma, em média, US\$ 2,8 bilhões. As estratégias de manejo da doença são: o vazio sanitário, a utilização de cultivares precoces, a semeadura no início da época recomendada, o uso de cultivares com genes de resistência e o uso de fungicidas. Estes últimos vêm, em sua maioria, tendo sua eficiência reduzida a cada ano.

Para ajudar os produtores com mais informações sobre como estão os estudos a respeito do uso de produtos químicos, manejos, focos de incidência e outras informações importantes, a Embrapa possui o site www.embrapa.br/soja/ferrugem. Outra fonte importante de dados sobre o assunto é o site do Consórcio Antiferrugem: www.consorcioantiferrugem.net.



“A água que chega à população é segura!”

Sanepar realiza um rigoroso tratamento e acompanhamento da água, por meio de mais de 150 laboratórios, até chegar às torneiras das casas do Paraná

Há quase 60 anos, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) é responsável pela água de qualidade distribuída a 345 cidades paranaenses e a Porto União, em Santa Catarina, além de 293 localidades de menor porte. Até chegar às torneiras da população, a água passa por um rigoroso processo de tratamento que garante isenção de todo e qualquer tipo de resíduo.

De acordo com a gerente de Avaliação de Conformidades da Sanepar, Cynthia Castro Correa Malaghini, a análise da água é realizada com frequências semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais, em quatro laboratórios centrais (Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina) e outros 153 laboratórios descentralizados. Ou seja, o rigoroso processo desmente recentes notícias veiculadas de que a água consumida no Paraná estaria contaminada com agrotóxicos. “Na realidade, em todas as análises, todos os 27 agrotóxicos obtiveram valores abaixo do VMP

[Valor Máximo Permitido]. As amostras de água da Sanepar não apresentam qualquer traço fora dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Ou seja, os resultados das análises garantem a potabilidade da água distribuída pela Sanepar”, garante Cynthia.

Além das análises, outra prova da eficiência da Sanepar em levar água de qualidade está na lista de prêmio recebidos. Somente no ano passado foram quatro: Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, Prêmio Inovação da Gestão em Saneamento, Prêmio Eficiência Operacional no Saneamento, concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), e o Prêmio Selo de Qualidade do Fornecedor da Prestação de Serviços de Saneamento Ambiental, da Fundação Sanepar.

Leia a entrevista completa com a gerente de Avaliação de Conformidades da Sanepar, que detalha os processos realizados pela instituição.



BI: Como é realizado o tratamento da água no Paraná?

CM: A Sanepar faz a captação de água dos rios e/ou de poços subterrâneos. Essa água é levada por tubulações até as estações de tratamento. Posteriormente, o tratamento é feito por métodos convencionais, que consistem na retirada de areia e outros materiais, na filtração de resíduos, adição de cloro e flúor [que colabora para os cuidados da higiene bucal], como determina a legislação. As etapas de tratamento envolvem a coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção, fluoretação e correção de pH. Esse processo todo leva três horas. Desta forma, com todo esse cuidado, a água chega ideal e limpa para consumo, sem qualquer tipo de contaminante.

Quais as análises que a Sanepar realiza para aferir a qualidade da água?

A qualidade da água é a maior preocupação da Sanepar, afinal, essa água irá para as torneiras de todos os paranaenses. Por conta disso, a Sanepar verifica a qualidade da água com a realização de análises laboratoriais de todos os quase 100 parâmetros exigidos pelo Ministério da Saúde. Existe uma Portaria (5, atualizada em 2017) que diz que elementos devem ser analisados e qual a quantidade permitida de cada um para que a água seja potável e possa ser distribuída. E, nossos resultados comprovam que a água distribuída e consumida em cada domicílio do Paraná está dentro dos parâmetros exigidos.

Como são realizadas essas análises e com que frequência?

As análises exigem um grande esforço por parte dos nossos técnicos. A água é analisada em quatro laboratórios centrais (Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina) com frequências semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais. Ainda, outros 153 laboratórios descentralizados realizam as análises com frequências semanais e mensais. Dentro deste ciclo, todas as Estações de Tratamento fazem análises com frequência horária, diária, semanal, mensal, trimestral e/ou semestral. Ou seja, são milhares de análises e dados gerados, literalmente, a cada minuto que comprovam a ótima qualidade da água no Paraná. Esses dados estão no nosso site e podem ser conferidos por município.

Quais são os contaminantes que são analisados?

Pelo fato de a água ser essencial a todo o ser humano, a sua potabilidade requer um rigoroso processo, respeitando os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Neste universo, os “contaminantes” analisados estão descritos na legislação de potabilidade, no Anexo XX da PRC 5/17 do Ministério da Saúde. Por exemplo, a Portaria relaciona 27 agrotóxicos, diversos elementos químicos, cor, turbidez e muitos outros. Após toda essa análise, a água da Sanepar é um produto seguro para consumo, sem oferecer qualquer risco à saúde da população.



Da captação até à torneira, a água distribuída pela Sanepar passa por um longo processo de tratamento

Quem estabelece a metodologia dessas análises?

A metodologia de análise da Sanepar segue, rigorosamente, a legislação de potabilidade do Ministério da Saúde (Portaria 5), nos artigos 21 e 22. São normas nacionais e internacionais bastante rígidas, que garantem a qualidade da água.

Essa metodologia é internacionalmente reconhecida, validada e adequada para a realidade?

Todos os métodos utilizados nas análises atendem às normas nacionais e internacionais mais recentes. Podemos afirmar, inclusive, que a água da Sanepar é uma referência no Brasil e mesmo no exterior, por realizamos um tratamento intensivo e também o acompanhamento rigoroso das análises, que permitem afirmar que a água é própria para consumo.

Ou seja, a Sanepar segue rigorosamente os procedimentos exigidos pela legislação brasileira para determinação dos parâmetros da potabilidade da água para abastecimento público?

As amostras de água da Sanepar não apresentam qualquer traço fora dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Ou seja, os resultados das análises garantem a potabilidade da água distribuída pela Sanepar.

Na última coleta, quais foram os resultados para os 27 agrotóxicos constantes da Portaria?

As análises da Sanepar comprovam que não foi detectada presença de agrotóxicos acima do Valor Máximo Permitido (VMP) pela Portaria de Consolidação 5, Anexo XX, do Ministério da Saúde. Os dados foram disponibilizados ao próprio Ministério. Todos resultados dos sistemas operados pela Sanepar da água na saída do tratamento foram menores que o Valor Máximo Permitido na Portaria de Consolidação 5.

A água que chega à população é segura para consumo e outras finalidades?

A água que chega à população fornecida pela Sanepar é potável e pode ser usada também para outros fins como domésticos, de higiene e rega de plantas. A Sanepar garante a



Cynthia Malaghini é a responsável pela supervisão dos resultados gerados nos mais de 150 laboratórios distribuídos no Paraná

qualidade da água que distribui à população do Paraná em 345 municípios e de Porto União (SC).

A população do Paraná corre algum risco por conta da água distribuída?

Não, muito pelo contrário. A água que chega à população é segura. Qualquer outra fonte de água alternativa, sejam minas, poços ou fontes abertas, também deve atender a todos os critérios do Padrão de Potabilidade, ou seja, a análise dos quase 100 parâmetros requeridos pelo Ministério da Saúde.

Nas últimas semanas, muito se falou sobre a notícia de que a água do Paraná estaria contaminada com agrotóxico, de acordo com relatórios do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) do Ministério da Saúde.

Qual a contestação da Sanepar sobre o caso?

A Sanepar fornece todos os resultados de análises de seus sistemas de tratamento às Secretarias municipais,

estadual e Ministério da Saúde, através do Sisagua. Neste sistema, é possível verificar que todas as análises realizadas pela Sanepar obtiveram resultados abaixo do Valor Máximo Permitido (VMP), ou seja, atenderam ao padrão de potabilidade.

Ocorre que, nos laboratórios da Sanepar, trabalhamos com valores muito abaixo do VMP. Em alguns casos até 2 mil vezes mais baixo, que é o Limite de Quantificação (LQ), para garantir confiabilidade nos resultados e atender a requisitos internacionais de excelência em laboratório. A plataforma do Sisagua não permite que seja registrado “menor que” o limite de quantificação. Portanto, ficou lançado apenas o valor do próprio LQ, e isso levou à interpretação errônea de que haviam sido detectados 27 agrotóxicos em cada análise realizada. Na realidade, em todas as análises, todos os 27 agrotóxicos obtiveram valores abaixo do VMP da Portaria.

** Esses 27 agrotóxicos são padrão e sempre serão detectados nas análises da água. Porém, em quantidades insignificantes (em microgramas por litro), que não alteram qualidade da água. Além destes, outros produtos podem ser detectados, mas em quantidade inferior aos limites estabelecidos, não prejudicam o consumidor, conforme a Portaria 5 do Ministério da Saúde.*

Javali põe em risco a produção agropecuária e o meio ambiente

Animais de fácil adaptação e reprodução veloz se espalham facilmente, levam prejuízos aos produtores e acendem alerta sobre a necessidade de controle



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Por Antonio C. Senkovski

A história se repete por praticamente todas as regiões do Estado. Um bando de javalis [ou “javaporcos”, mistura de animais domésticos com javalis] passa por uma propriedade e provoca uma verdadeira devassa. Nascentes e pequenos cursos d’água são pisoteados, dezenas de hectares de lavouras sofrem danos e filhotes de animais são mortos. Literalmente, um rastro de destruição. Longe de ser um privilégio aos observadores da fauna, topiar com uma vara desses animais exóticos é uma verdadeira dor de cabeça. São prejuízos financeiros, ambientais, sanitários e até mesmo risco à integridade física de seres humanos. Afinal, os javalis possuem grande porte e temperamento bastante agressivo.

Nos últimos três anos, esses estragos fazem parte da rotina do produtor de leite, suínos e grãos em Carambeí, nos Campos Gerais, Roderik Van Der Meer. A aparição desses “viajantes” indesejados tem sido comum na propriedade da família. “Teve um ano que em um talhão de milho de três hectares chegou a dar 20% de prejuízo. Os animais derrubam a planta e o que cai não dá mais para aproveitar”, relembra. “Também tivemos problemas na produção de leite. Eles rasgaram a lona onde guardamos 300 toneladas de silagem para

as vacas e perdemos quase metade disso, porque entrou ar e estragou. Isso tudo sem contar o risco sanitário e os danos ambientais que esses animais causam”, acrescenta.

Sadi João Piascki Júnior, médico veterinário e produtor rural na Colônia Witmarsum, no município de Palmeira, nos Campos Gerais, é outro produtor que teve problemas com javalis. “De seis anos para cá, piorou bastante. O mais evidente é o dano financeiro, a destruição que eles causam em lavouras de milho, soja e trigo, além do risco de disseminação de doenças. É uma grande preocupação. O javali se reproduz rápido, não é fácil de ser controlado, se desloca com facilidade”, avalia.

O javali pode percorrer até 70 quilômetros por dia, o que torna muito difícil o mapeamento e controle das populações. Além disso, uma fêmea pode dar à luz a até duas ninhadas por ano, com mais de 10 filhotes por gestação. “Eles andam em bandos grandes. Geralmente as fêmeas ficam juntas com os animais jovens e os machos andam sozinhos, só se juntam à vara quando chega a hora da reprodução”, explica Leandro Lipinski, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista;
- Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de **QR Code**.



Por serem onívoros, ou seja, comem plantas, insetos e até pequenos animais, os javalis têm ampla capacidade de adaptação ao meio. “Ter javalis significa um problema sério com a fauna nativa por competição de alimento. Imagine que temos pinhões suficientes para os catetos, que são uma espécie aqui do Paraná. Se entra o javali, não vai ter suficiente para os catetos. O animal nativo tem que ter *habitat*, disponibilidade de alimento e prolificidade [capacidade de reprodução] e um animal exótico de impacto tão grande quanto o javali mexe em tudo isso”, completa Lipinski.

Distribuição e riscos

Toda essa adaptabilidade interfere diretamente na aparição desses animais pelo Estado. Hoje, há registros da espécie em praticamente todas as regiões do Paraná, principalmente no Norte Pioneiro, Campos Gerais e Sul, conforme o mapa de percepção compilado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (veja

na página 12). Mas eles estão presentes até mesmo em parques de preservação ambiental, como na Serra do Mar.

“Os javalis destroem nascentes, restringem a fauna, comem filhotes de animais e são um problema que merece atenção pelo fato de representarem também risco de transmissão de doenças. Eles têm a mesma origem do porco doméstico, as enfermidades que acometem os animais criados em granjas também podem afetar os javalis ou os porcos asselvajados”, enfatiza a médica veterinária do Sistema FAEP/SENAR-PR Nicolle Wilsek.

João Humberto Teotônio de Castro, fiscal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), explica que é impossível estimar quantos javalis e suas variantes há no território estadual (veja o quadro na página 10). Assim, é difícil fazer um cálculo de qual o tamanho do prejuízo financeiro causado pela espécie exótica. “Os javalis trazem impactos sanitários de doenças de produção e de controle oficial para os suínos, bem como perdas de safras de grãos por depredação. Ainda, conforme o contato, até patógenos de risco desconhecido tanto para aves como para suínos”, explica.

COMO DIFERENCIAR JAVALIS E JAVAPORCOS DE CATETOS E QUEIXADAS



EXÓTICOS

JAVALI

O javali selvagem é uma espécie exótica - **não pertence à fauna brasileira** - e chega ao peso que vai de 80 a 100 kg.

Pele marrom com listras nos filhotes e pele preta nos adultos.

JAVAPORCO

Trata-se do resultado do cruzamento dos porcos domésticos ou rústicos (criados soltos) com javalis. Podem pesar de 80 a 200 quilos.

Pelagem tem cores variadas, dependendo dos animais que deram origem ao animal.

PROBLEMAS CAUSADOS PELAS ESPÉCIES EXÓTICAS

- 1 Destruição de lavouras
- 2 Transmissão de doenças
- 3 Danos à vegetação nativa
- 4 Dispersão de ervas daninhas
- 5 Desregulamento de processos ecológicos (sucessão vegetal e composição de espécies)
- 6 Predação de animais endêmicos
- 7 Predação de animais de criação de pequeno porte
- 8 Destruição de nascentes e pequenos cursos d'água
- 9 Risco de incidentes até mesmo fatais envolvendo seres humanos

Pesquisa

A pesquisadora em sanidade animal na Embrapa Suínos e Aves, Virgínia Santiago Silva, lembra que essa questão dos javalis está no radar da entidade desde 2012. “O principal ponto de partida é que o javali representa potencial risco sanitário aos rebanhos domésticos, à fauna silvestre nativa e à saúde pública, além dos impactos ambientais e econômicos. Nós atuamos em colaboração e parceria com diversas entidades nos processos para o monitoramento e vigilância sanitária a partir do abate dos javalis, que foram declarados como espécie nociva no território nacional e cujo abate para controle populacional foi normatizado, conforme IN 3 de 31 de janeiro de 2013 do Ibama. Como são populações de vida livre, se esses animais se infectam, tornam-se difíceis o controle e a erradicação, e aumentam as chances de disseminação de doenças”, comenta.

Virgínia conta que há uma série de medidas no Brasil em andamento para enfrentar esse problema, reunidas no Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali

(*Sus scrofa*) no Brasil, o Plano Javali conforme a Portaria Interministerial 232, do Mapa e MMA, de 28 de junho de 2017, do qual diversas entidades nacionais participaram da elaboração.

A especialista diz que desde o começo de abril houve no país um complemento da regulação do controle de javalis, pela publicação da Instrução Normativa 12, de 25 de março de 2019, que, entre outras questões implementa o Sistema Integrado de Manejo de Fauna (Simaf), sistema eletrônico que informatiza os processos relativos ao manejo do javali que até então eram feitos em formulários de papel, dificultando o preenchimento, entrega e retorno das informações do manejo por parte dos controladores. A partir da implantação do Simaf pelo Ibama, o recebimento de declarações e relatórios de manejo da espécie exótica invasora javali será feito online, facilitando o retorno e a gestão das informações. Com o Simaf, que foi desenvolvido pela Embrapa em colaboração com Ibama, estatísticas como, por exemplo, onde e quando estão sendo avistados e abatidos javalis no país, serão acessíveis com maior agilidade, facilitando a gestão do manejo.

NATIVOS

CATETO

É um animal que **pertence à fauna brasileira**, presente em praticamente todo o país e pesa de 15 a 30 kg.

Pelagem mesclada de cinza e preto com faixa clara do dorso ao pescoço.

QUEIXADA

Também é um animal que integra as espécies endêmicas do Brasil, com um peso que varia de 25 a 40 kg.

Pelagem preta, com mancha clara na mandíbula.



Controle de animais exige regras rigorosas

O abate, feito de forma rigorosa e seguindo os procedimentos previstos pelos órgãos competentes, é a maneira mais eficiente de combater esse problema e diminuir os prejuízos na agropecuária paranaense. Mas é um dever de toda a sociedade se unir para reduzir os danos causados pelos javalis, como explica João Humberto Teotônio de Castro, fiscal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

“O controle da espécie invasora cabe à sociedade civil organizada, mas deve dispor de ferramentas de controles autorizadas pelas entidades competentes, por exemplo: controladores de javalis devidamente legalizados e, eventualmente, controles feitos pelos próprios órgãos envolvidos, como no caso do controle feito pela administração de parques federais e estaduais. Este último caso é bem mais raro e pontual”, enfatiza.

O controle da população do animal, que está abarcada nesse plano nacional, é feito pelos chamados controladores da espécie, que fazem o abate de javalis e porcos asselvajados seguindo procedimentos rigorosos. Para se enquadrar nessa categoria é preciso fazer uma inscrição no Cadastro Técnico Federal e emitir um certificado de regularidade. Depois, é necessária uma autorização de manejo no Sistema de Monitoramento de Fauna (Simaf). Caso sejam usadas armas de fogo, é necessário ter registro no Exército. Cumpridos esses trâmites, o último passo é entregar os relatórios das ações de manejo de controle de javalis na plataforma do Simaf a cada seis meses. O passo a passo completo pode ser acessado no site: www.ibama.gov.br/javali#passo-a-passo.

Javalis são transmissores da Febre Maculosa

Pesquisa realizada pela doutoranda Louise Bach Kmetiuk, do Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), aponta que todos os 20 javalis dos quais foram coletadas amostras, no Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foram diagnosticados como positivos para pelo menos um antígeno de bactérias responsáveis pela Febre Maculosa Brasileira. O problema se trata de doença fatal a humanos transmitida por carrapatos infectados pela bactéria que causa a moléstia. O estudo e seus respectivos apontamentos foram aceitos para publicação da revista científica internacional *PLOS Neglected Tropical Diseases*.

“Os resultados são impressionantes e colocam em risco controladores e outras pessoas que adentram as matas onde javalis estão em grande número”, diz o professor Alexander Welker Biondo, coordenador da parceria da UFPR com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Parque Estadual de Vila Velha.

Segundo Juares Barkoski, gestor do Parque, a situação é grave. “Os javalis têm tido um impacto terrível na fauna e flora de Vila Velha e isso tem se agravado nos últimos anos, com a recente retirada da cobertura vegetal em frente aos arenitos, símbolo da nossa unidade de conservação”.

Um dos aspectos mais importantes do estudo é o apontamento de que houve perda de *habitat* de espécies nativas devido a presença de javalis no Parque. Conforme o texto, houve informes de catetos buscando alimento em plantações de cereais no entorno da área de preservação, na chamada zona de amortecimento. Outro dado é que a presença maciça dos estágios de ninfas e adultos do carrapato *Amblyomma brasiliense* (responsável por disseminar a febre maculosa) indicou ainda a sobreposição de javalis com o que é chamado de nicho ecológico de catetos (*Tayassu spp.*), que são hospedeiros naturais dessa espécie de carrapatos, o que indica uma alteração importante na dinâmica do ecossistema local.

Javali estará controlado em cinco anos, prevê Ibama

Os inúmeros problemas gerados pelos javalis no Brasil já têm data para acabar (ou ao menos reduzidos drasticamente), segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). A entidade, em parceria com os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, elaborou um plano de controle e prevenção da espécie exótica.

“O controle dos animais era muito burocrático. Lançamos recentemente um sistema de controle, que era uma demanda dos manejadores, que irá revolucionar, dando mais agilidade”, ressalta o diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, João Pessoa Riograndense Moreira Júnior. “O javali é uma das 100 piores espécies exóticas do mundo. E o Brasil é propício para dispersão do animal, pois não tem predador natural, há gama de alimentos disponível, clima ideal, se reproduz numa facilidade enorme. Se não tivéssemos tomado uma medida, a situação estaria bem pior”, acrescenta.

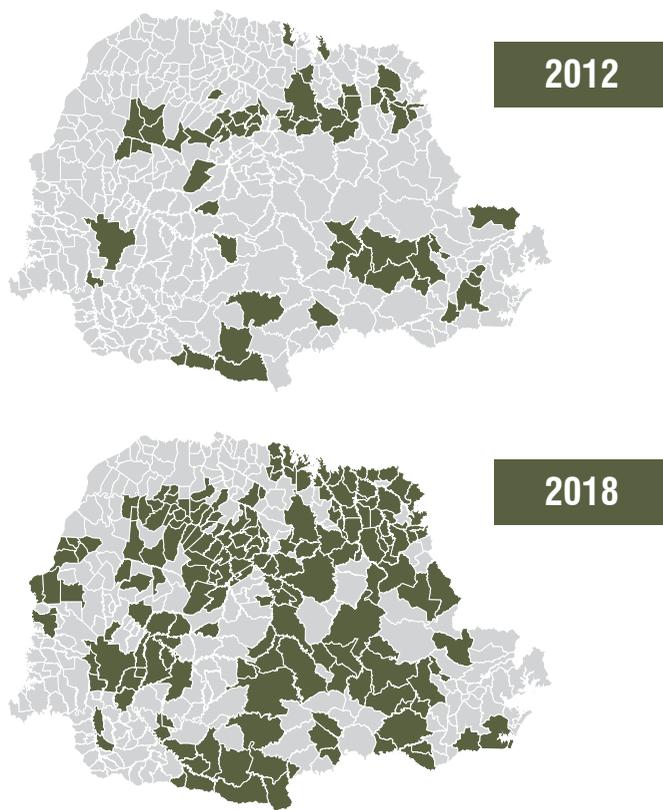
A autorização para o abate é mais ágil e facilitada, inclusive com secretarias estaduais e municipais a frente do manejo e abate. No caso do abate particular, é preciso estar cadastrado junto ao Ibama e fazer o pedido de autorização no sistema. Além, claro, de ter a autorização do dono da propriedade. “Tudo é bem simples, por meio de sistema”, aponta Moreira Júnior. De abril 2019 deste ano até agora, mais de 2,2 mil autorizações para abate já foram emitidas.

A erradicação da espécie é praticamente impossível. Existe apenas um caso no mundo, em uma ilha dos Estados Unidos. Mas o diretor do Ibama garante que é possível controlar em cinco anos, mas por meio de uma ação conjunta.

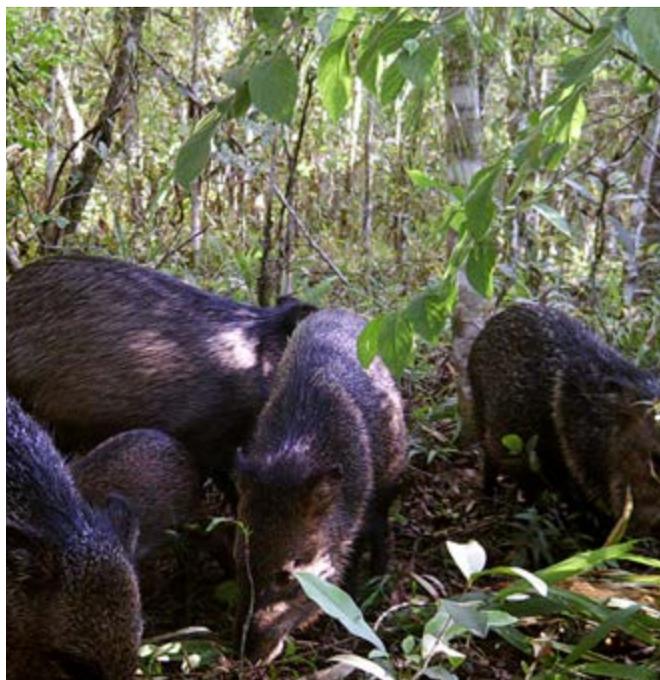
“Experiências mundiais mostram a necessidade de controle por meio de um esforço coletivo que irá propiciar que o javali atinja um tamanho de população adequado. O Ibama foi sensível a essa questão do setor e as ferramentas estão à disposição”, destaca Moreira Júnior.

Hoje, o javali está presente em 563 municípios brasileiros, sendo 88 no Paraná (174 em São Paulo, 116 no Rio Grande do Sul, 120 em Minas Gerais e 49 em Santa Catarina). Ainda, de acordo com estimativa do Ibama, 28,8 mil animais foram abatidos em 2018 no país, enquanto outros 15,8 mil em 2017. Para isso, 44 mil controladores estão cadastrados no sistema do Ibama.

CONFIRA COMO A PERCEÇÃO DE JAVALIS PELO PARANÁ MUDOU NOS ÚLTIMOS ANOS



Fonte: Mapa



Animais andam em bando, causando grandes danos à lavoura

Agroquímicos passam por fiscalização constante no PR

Em reunião da Comissão Técnica de Hortifruticultura da FAEP, técnico da Adapar destacou procedimento do registro de defensivos até a coleta de amostras para análise

Os defensivos agrícolas utilizados na produção de hortifrútiis no Paraná passam por processos rigorosos de fiscalização e controle em todas as etapas da cadeia produtiva. Do registro de novos princípios ativos autorizados até a coleta de amostras de alimentos na hora da colheita para análise, há uma preocupação constante em fazer chegar à mesa dos consumidores produtos seguros e de qualidade. O assunto foi tema de debate entre os participantes da Comissão Técnica de Hortifruticultura da FAEP, no dia 13 de junho.

O engenheiro agrônomo da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) Renato Rezende Young Blood conduziu os debates com os participantes. O profissional enfatizou a necessidade de os produtores se manterem atentos aos cuidados necessários para fazer o uso de agroquímicos em seus cultivos. “Quando o fiscal vai à propriedade, basicamente verifica se o produto tem registro/cadastro, nota fiscal, receita agrônoma uso de EPI [equipamento de proteção individual], se há devolução das embalagens e se as culturas existentes conferem com as receitas”, explica. Lembrando que os produtores precisam guardar os receituários por pelo menos dois anos.

Um ponto importante da fiscalização nas propriedades é com relação ao local de armazenamento dos defensivos. É necessário haver um espaço construído especificamente para guardar esses produtos. “Não é necessário um local sofisticado. A exigência é de um armazém para defensivos agrícolas simples, mas funcional e de acordo com o que está previsto na Lei, que coloca uma série de



Videoconferência

A reunião da Comissão Técnica de hortifruticultura foi a primeira realizada pelo sistema de videoconferência, uma novidade para promover maior participação de sindicatos rurais de todas as regiões do Estado e redução de custos com deslocamento. O palestrante Renato Rezende Young Blood, da Adapar, e cerca de 15 membros de

idades mais próximas de Curitiba estiveram na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, para participar presencialmente. Além disso, a reunião teve transmissão ao vivo para outras cinco cidades do Paraná: Maringá, Marialva, Cascavel, Londrina e Guarapuava. Além do vídeo e do áudio, quem estave conectado via videoconferência também pôde participar dos debates.

condições, entre elas ser um local livre de inundações, separado de estoques ou espaços de manuseio de alimentos e que seja bem arejado”, exemplifica.

Outro ponto importante da fiscalização de agroquímicos está relacionado à comercialização. Segundo Rezende, as revendas precisam ficar atentas a aspectos como a questão do limite de

empilhamento, que pode danificar as embalagens. Além disso, as regras para estocagem segura exigida dos produtores também têm exigências específicas para os comerciantes desses itens. Os defensivos não podem, por exemplo, estar guardados no mesmo local de outros produtos, como insumos ou medicamentos de uso na propriedade.

Mistério da fuga de Alcatraz

FBI reabriu o caso após receber carta assinada por John Anglin, um dos três fugitivos da prisão em 1962

No ano passado, agentes do FBI reabriram o caso que remete a um dos grandes mistérios policiais do século 20. A investigação sobre a fuga de três assaltantes de banco da prisão de Alcatraz, na Califórnia, nos Estados Unidos, em 1962, foi reaberta. Os investigadores americanos se surpreenderam com uma carta escrita a mão, enviada em 2013 para o Departamento de Polícia de San Francisco, assinada por John Anglin.

“Meu nome é John Anglin. Escapei de Alcatraz em junho de 1962 com meu irmão Clarence e Frank Morris. Tenho 83 anos e estou muito mal de saúde. Tenho câncer”, diz o texto. Ele, então,

tenta fechar um acordo: um ano de cadeia em troca de tratamento médico. “Se aceitarem, direi onde estou”.

Agentes do FBI analisaram a caligrafia, impressões digitais e buscaram traços de DNA na carta, mas os resultados foram inconclusivos. A idade de 83 anos, no entanto, era consistente com a que teria Anglin em 2013. Diante da dúvida, os agentes norte-americanos resolveram reabrir o caso, que foi eternizado nas telas de cinema no suspense “Alcatraz – Fuga Impossível”, com Clint Eastwood no papel de Frank Morris – os irmãos Anglin foram vividos pelos atores Jack Thibeu (Clarence) e Fred Ward (John).

Os três protagonistas eram ladrões condenados por assalto a banco, roubo de carro e tentativas de fuga de uma prisão na Flórida. Chegaram a Alcatraz, uma ilha no litoral da Califórnia, em 1960. Depois de meses planejando a fuga e escavando um túnel, eles escaparam no dia 11 de junho de 1962, deixando bonecos de papel-machê nas camas para enganar os guardas.

Conhecida como “A Rocha”, a prisão de Alcatraz era alegadamente à prova de fuga. Nos seus 29 anos de funcionamento, registaram-se 14 tentativas de fuga, envolvendo 36 detidos. Todas, teoricamente, sem êxito. Devido a sua situação geográfica, “A Rocha” era uma

1º Passo:

Sabendo que o concreto de suas celas era afetado pela umidade do mar, os fugitivos cavaram buracos nas paredes com o uso de uma colher. Para que os guardas não escutassem o barulho, um deles tocava sanfona.



2º Passo:

No dia da fuga, subiram pelo poço da ventilação até o topo de uma das chaminés

3º Passo:

desceram o muro utilizando cordas

4º Passo:

Com a ajuda de barcos de borracha, remaram dali para fora



Para enganar os guardas, deixaram máscaras feitas de papel machê em suas camas



Clarence Anglin



John Anglin



Frank Morris

das prisões mais seguras do mundo e abrigou os mais perigosos criminosos americanos da época, indivíduos considerados “irrecuperáveis para a sociedade”, como o mafioso Al Capone.

Imediatamente, a polícia iniciou uma caçada humana por terra, mar e ar. No dia 14, a Guarda Costeira encontrou um remo flutuando a 180 metros da praia de Angel Island. No dia 21, restos de capas de chuva foram retirados da mesma ilha. Na manhã seguinte, os policiais avistaram coletes salva-vidas, feitos do mesmo material, boiando a poucos metros de Alcatraz. Apesar de nunca terem encontrado os corpos, os agentes do FBI concluíram que os três não seriam

capazes de nadar nas águas geladas do Oceano Pacífico e encerraram o caso.

Na carta enviada à polícia de San Francisco, o suposto larápio conta que todos os três conseguiram escapar. “Foi por pouco”, escreveu. Segundo ele, Morris teria morrido em 2008 e Clarence, em 2011. Anglin revela que viveu “muitos anos” na cidade de Seattle, que depois havia se mudado para a Dakota do Norte, até finalmente se instalar no Sul da Califórnia.

Durante anos, a família Anglin acreditou que os irmãos tivessem escapado. A mãe de John e Clarence costumava receber cartões de Natal assinados pelos filhos. A caligrafia era parecida, ape-

sar de a data dos cartões não ter sido comprovada.

Em 2015, em um documentário exibido pelo History Channel, os irmãos aparecem mais velhos em fotos que teriam sido enviadas para a família. Nas imagens, de 1975, segundo os sobrinhos, John e Clarence estariam no Brasil.

O FBI diz que a carta foi a peça do quebra-cabeças que fez a polícia reabrir o caso. Os investigadores, no entanto, acreditam que se John Anglin for mesmo o autor do texto, muito provavelmente ele está morto em razão da doença. Atualmente, a estarem vivos, Frank Morris teria 91 anos, John Anglin teria 87 e Clarence Anglin teria 88.

Energia ainda se impõe como gargalo no campo

Problemas recorrentes na rede causam prejuízos a produtores rurais. Copel anuncia investimento que promete minimizar casos

Por Felipe Aníbal

O fornecimento de energia elétrica à propriedade do pecuarista leiteiro Cristian José Nodari, de Palotina, Oeste do Paraná, estava oscilando muito naquela quarta-feira, 4 de fevereiro de 2019. A cada uma das quedas recorrentes de energia, desligavam-se todos os equipamentos que automatizam a produção, inclusive os aparelhos de refrigeração. A sucessão de desligamentos danificou componentes do tanque de expansão da propriedade, fazendo com que se azeassem 5,4 mil litros de leite.

Os prejuízos em decorrência da oscilação no fornecimento de energia à fazenda de Nodari estão longe de ser pontuais. Ao contrário, transcorrem de forma quase habitual. Todos os equipamentos da propriedade – como frízeres, tanques, ventiladores e ordenhadeiras – funcionam em 220 volts. Entretanto, segundo o pecuarista, não é essa a tensão que chega à linha. Com a rede fraca, as quedas de energia são constantes e já fazem com que o produtor rural acumule prejuízos.

“Só neste ano, meu prejuízo por causa dessas quedas já passa de R\$ 20 mil, em menos de seis meses”, afirma Nodari. “A energia era para chegar aqui em 220 [volts], mas chega em 160, 170. É difícil você achar um ponto em que chegue 200”, acrescenta.

Os infortúnios provocados pelas oscilações ou quedas frequentes de energia elétrica se repetem em propriedades rurais de rigorosamente todas as regiões do Paraná. Isso



Fornecimento de energia é fundamental para uma série de atividades rurais

ocorre porque a rede do Paraná é considerada antiga – em algumas regiões, tem mais de três décadas – e o modelo de geração, transmissão e distribuição adotado no Brasil – calcado em cabeamento aéreo – faz com que a energia chegue “fraca” e de forma instável nas pontas, notadamente no campo.

Ocorre que, ao longo das últimas décadas, o setor agropecuário decolou de forma profissionalizada, principalmente em algumas regiões do Estado. Em 20 anos, por exemplo, o Valor Bruto da Produção (VBP) saltou de R\$ 1 bilhão para R\$ 15,5 bilhões na avicultura paranaense, de R\$ 412 milhões para R\$ 5,7 bilhões na pecuária leiteira e de R\$ 60,5 milhões para R\$ 615,2 milhões na piscicultura. No mesmo período, a produção de leite do Paraná triplicou e o Estado conquistou a liderança na produção de aves e peixes. Todos esses resultados foram obtidos às custas de muitos investimentos e profissionalização constantes dos respectivos setores.

Com isso, aumentou acentuadamente a demanda por energia. Em contrapartida, os investimentos na atualização da rede elétrica não ocorreram na mesma proporção. Em muitas regiões, os sistemas não têm sido capazes de dar conta da necessidade energética crescente, puxada principalmente por agropecuaristas e agroindústrias, o que acaba por se impor como um gargalo.

“O produtor rural está fazendo a parte dele. Está se atualizando e investindo de forma maciça em tecnologia. Agora, nós precisamos que a infraestrutura acompanhe, com investimentos na mesma medida”, diz o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

ATUALIZAÇÃO



Orientação: relatório ajuda no ressarcimento

A FAEP, em conjunto com os sindicatos rurais, tem atuado no sentido de cobrar investimentos maciços no sistema de transmissão e distribuição de energia do Paraná. Enquanto isso, quando a queda de energia danificar equipamentos ou provocar outros prejuízos, o Departamento Jurídico da FAEP orienta o produtor a, primeiramente, tentar obter o ressarcimento administrativamente, por meio do canal direto com a Copel. Para isso, o consumidor rural deve apresentar um relatório detalhado sobre a ocorrência, descrevendo os eventuais prejuízos e, preferencialmente, comprovando as perdas. Neste sentido, laudos técnicos e fotos valem como prova.

“Quanto mais minucioso for esse relatório, quanto mais provas o produtor anexar, maior a chance de ser indenizado ainda pela via administrativa”, aponta o advogado Klauss Dias Kuhnen, assessor jurídico da FAEP. “Se o caso não for resolvido, aí o produtor pode acionar judicialmente a companhia. Mas isso deve ser feito por meio de um advogado particular, já que a Federação não pode representar o produtor em casos individuais”, acrescenta.

Por norma, a falta de luz deve ser restabelecida em até três horas em área urbana e em até seis em área rural. Caso isso não aconteça, o consumidor tem direito de ser compensado com crédito na conta até dois meses depois do incidente. Para ter controle do tempo exato que ficou sem energia, deve-se registrar cada período de interrupção no fornecimento.



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Segundo a Companhia Paranaense de Energia (Copel), os aportes na modernização da rede têm sido feitos de forma constante, mas essa decolagem acentuada do agronegócio pode dar a falsa sensação de que o sistema elétrico ficou estagnado. Até por isso, a empresa anunciou o que chama de “o maior investimento de sua história”. (leia na página 19).

“O produtor rural deixou de demandar só seu ponto de energia. Hoje, ele é uma pequena indústria rural, com maquinário, tecnologia e a demanda por energia se tornou muito maior. Por isso, às vezes, mesmo a gente melhorando a qualidade do fornecimento na área rural, o produtor pode ter a sensação de que piorou”, avalia o gerente de distribuição a Copel, Maximiliano Orfali.

Na ponta do lápis

Há mais de dez anos, a FAEP vem detalhando à Secretaria da Agricultura do Paraná e à Copel a urgência de se modernizar as linhas de transmissão e os sistemas de distribuição, principal-

mente nas áreas rurais, onde se concentram as reclamações de oscilações e quedas. Uma avaliação de impacto elaborada recentemente pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da Federação aponta o tamanho do prejuízo diário que essa deficiência pode gerar.

No caso da avicultura, em razão do grande número de animais alojados em um único aviário, as cifras são mais significativas. Um produtor que mantenha 50 mil aves alojadas e que receberia da integradora R\$ 0,78 por cabeça, por exemplo, amargaria perdas de R\$ 39 mil. Isso se deve ao fato de que, em quedas de energia por períodos prolongados, todo o plantel corre risco de morte, principalmente pela falta de climatização.

Na pecuária leiteira, um pecuarista que produza 1,5 mil litros por dia e que faça a captação a cada 48 horas, arcaria com um prejuízo médio de R\$ 3,5 mil, em caso de interrupções de energia. “Tudo isso, em apenas um dia. Bastaria que os equipamentos essenciais à atividade ficassem fora de operação por determinado período, de

acordo com o caso”, diz o economista Luiz Eliezer Ferreira, do DTE da FAEP.

Exemplos concretos comprovam o levantamento da Federação. Em 2013, a oscilação de energia danificou o gerador da propriedade de Edmilson Zabott, em Palotina, na região Oeste, provocando uma série de mortes de frangos, alojados em seus cinco aviários. “Eu alojava 110 mil unidades por lote. Em cada um dos cinco barracões, perdi 33 mil aves. O prejuízo total foi de quase R\$ 150 mil. O estrago só não foi maior, porque me dirigi ao responsável da Copel, que agilizou o religamento”, conta.

Zabott também já acumula perdas nas outras atividades a que se dedica: pecuária leiteira e piscicultura. O produtor rural até “colecciona” fotos e vídeos de cardumes de tilápia mortos em sua propriedade, em decorrência da oscilação de energia. “A produção de proteína animal dobrou na região Oeste do Paraná, a ponto de sermos uma potência do agronegócio, mas o sistema elétrico não acompanhou essa evolução”, aponta Zabott. “Vai ver que a culpa de tudo isso é do produtor rural, que investiu pesado em tecnologia e automação. Se tivéssemos ficado no século passado, a Copel não teria esses problemas”, ironiza.

Quedas em números

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 95,3% das reclamações de consumidores da Copel decorrem de interrupção do fornecimento de energia. A empresa informa que, em média, os consumidores paranaenses (campo e cidade) tiveram seis interrupções de fornecimento em 2018, o que totalizou 10 horas sem luz. Considerando só as unidades consumidoras localizadas em áreas rurais, a média é mais que o dobro: 15 quedas de energia, atingindo 30 horas sem fornecimento elétrico.

“Normalmente, um tempo razoável médio gira em torno de quatro horas para que o religamento seja feito, dependendo do defeito. Claro, pode ser bem mais rápido se o defeito for simples de corrigir e pode ser bem mais demorado se for severo”, explica Orfali.

“A produção de proteína animal dobrou na região Oeste, mas o sistema elétrico não acompanhou essa evolução”

Edmilson Zabott, produtor de Palotina

Prejuízos de produtores vão parar na justiça

O prejuízo mais recente causado pelas oscilações de energia na propriedade do pecuarista Cristian José Nodari ocorreu em maio, quando as quedas de energia fizeram com que o motor de um resfriador de 6 mil litros se queimasse. A avaria no equipamento foi atestada em um laudo técnico, que estimou o tamanho do prejuízo: R\$ 5,8 mil. Segundo o pecuarista, o descaso com que a Copel tratou o incidente fez com que ele, pela primeira vez, entrasse com uma ação judicial contra a empresa, para ser ressarcido.

“Eu abri as reclamações pela queda, tenho todos os protocolos. O que me deixou mais irritado foi que disseram que nunca receberam reclamação. É a primeira vez na vida que estou entrando na Justiça contra alguém”, diz. “A gente não aguenta mais tomar prejuízo na cabeça”, acrescenta.

Edmilson Zabott também recorreu à justiça para ser ressarcido do prejuízo que teve, em razão da queda de energia em seus aviários (no caso que ocorreu em 2013). A indenização só foi determinada judicialmente agora, em 2019. Ainda assim, os R\$ 80 mil que o produtor recebeu da Copel cobriram apenas parte das perdas financeiras na avicultura.

“Tem ainda todo um desgaste com a integradora e um problema sanitário, porque você tem que comprovar que as aves não morreram por doenças, mas porque teve queda de energia. Tem toda uma perda emocional. Envolve o trabalho de toda a família. É muito difícil você ver os animais mortos, sendo que fez tudo certinho”, afirma.

Algumas entidades, como o Sindicato Rural de Palotina, têm sido incisivos e orientado os produtores que se sentirem lesados a entrarem com ações judiciais contra a Copel, cobrando ressarcimento.

“Estamos indicando que os associados cobrem, inclusive, pelo período em que tiveram que ficar com o gerador ligado, por causa da falta de energia. Tem produtor que chega a acionar o gerador por mais de 24 horas seguidas. Cada equipamento desses consome de 12 a 15 litros de óleo diesel por hora. Todo o lucro que o produtor teria é comido por esse gasto”, afirma Zabott, vice-presidente do Sindicato Rural de Palotina.



Cristian Nodari teve perda de 5,4 mil litros de leite este ano por conta da falta de energia

R\$ 1,7 bi

Valor que a Copel irá investir no sistema elétrico do Paraná, sendo R\$ 474 milhões na rede da região Oeste

15

Quedas de energia foram registradas, em média, nas áreas rurais do Paraná em 2018, o que resultou em 30 horas sem fornecimento

Copel vai investir R\$ 1,7 bilhão em três anos

A Copel anunciou que, até 2021, irá investir R\$ 1,7 bilhão no fortalecimento do sistema elétrico, como forma de garantir suporte à produção agropecuária. Deste montante, R\$ 474 milhões serão aplicados na rede da região Oeste. Segundo a companhia, R\$ 836 milhões serão aportados em todo o Estado já em 2019. Trata-se do maior investimento da história da empresa.

Segundo o diretor de distribuição da Copel, Maximiliano Orfali, o aporte ocorrerá em obras estruturantes, que vão dar mais robustez ao sistema. Também estão previstas intervenções na média tensão, as que mais se aproximam do consumidor final. “E estas obras, inclusive, serão as mais sentidas pelo nosso cliente final, pois vão diminuir o número de vezes que ele fica sem energia e, também, a redução do tempo que vai ficar sem energia quando houver falta”, aponta.

Estão previstos investimentos em todas as regiões do Paraná, com base em critérios técnicos, de acordo com a demanda de cada uma – principalmente em áreas do Oeste, Sudoeste e Noroeste. “São regiões que, nos últimos anos, tiveram um aumento da demanda superior à média do Paraná e muito superior à média do Brasil, em função do desenvolvimento econômico. São regiões que, por esse crescimento, acabaram demandando mais de nossa rede”, diz Orfali.

No caso do Oeste do Paraná, por exemplo, a Copel deve investir R\$ 89 milhões em obras estruturantes, só

neste ano. Serão quatro novas subestações de alta-tensão e 200 quilômetros de novas redes. Paralelamente, a empresa diz que realizará 1,1 mil novas obras até 2021 nas redes de média-tensão, que são as linhas que levam energia ao consumidor final. Serão instalados 440 quilômetros de redes e duas novas subestações.

Outra iniciativa que deve amenizar os problemas é a instalação de religadores automáticos, que garantem que a rede elétrica não sofra desligamento em eventos transitórios, como descargas atmosféricas ou galhos que encostam na rede. Só na região Oeste, está prevista a instalação de 805 equipamentos deste tipo.

Segundo Orfali, até pelo modelo de transmissão e de distribuição brasileiro, é impossível erradicar completamente os casos de oscilação de energia. Outro aspecto que pesa bastante é o tamanho da rede: no Paraná, são mais de 200 mil quilômetros de cabos (que seriam suficientes, por exemplo, para dar cinco voltas na Terra). Apesar disso, o diretor acredita que os investimentos vão reduzir bastante os problemas relatados.

“Nós vamos minimizar muito. A qualidade do fornecimento que temos, hoje, nos grandes centros é equiparada às melhores do país. Na área rural, temos uma dificuldade um pouco maior, mas também uma qualidade de fornecimento que não perde para nenhum outro Estado. A expectativa é que, com esses investimentos, a gente consiga melhorar ainda mais, culminando em reduções significativas não só no número de vezes que nosso consumidor fica sem energia, como, mais importante, na redução do tempo que ele fica sem energia durante as quedas”, finaliza Orfali.



Ao longo dos treinamentos, colaboradores puderam sanar dúvidas quanto aos processos ambientais

ATUAÇÃO



FAEP capacita sindicatos nos processos de licenciamento ambiental

Treinamento que faz parte do Programa de Sustentabilidade Sindical atendeu 126 colaboradores de diversas regiões do Estado. Próxima etapa acontece em julho

Os colaboradores dos sindicatos rurais do Paraná receberam mais uma capacitação para aprimorar a estrutura de atendimento aos produtores. O treinamento, disponibilizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR durante o mês de junho, teve o objetivo de instruir os funcionários em relação aos processos de licenciamento ambiental, que agora podem ser realizados pelos próprios sindicatos. Um convênio assinado entre a FAEP e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) no ano passado oficializou essa nova medida, que propõe a desburocratização do processo para emissão de documentos e orientações técnicas.

Por meio deste convênio, os colaboradores dos sindicatos rurais associados à FAEP podem emitir documentos como Certidão Negativa Ambiental, Dispensa do Licenciamento

Ambiental Estadual e, ainda, orientar o recebimento de documentos para Licenciamento Ambiental.

A vice-presidente do Sindicato Rural de Uraí, no Norte Pioneiro, Sueli Maria Bachim acredita que oferecer esses novos serviços poderá atrair um maior número de sindicalizados. “Quanto mais a gente oferece, mais a gente chama o produtor rural”, aponta.

A capacitação foi dividida em três etapas: módulo ambiental introdutório, módulo ambiental básico e módulo ambiental avançado. Os cursos do módulo introdutório aconteceram nos dias 4, 5, 11, 12 e 13 de junho, por videoconferência. Nesta primeira etapa do treinamento, participaram 126 colaboradores de 90 sindicatos rurais. No total, foram 10 turmas divididas ao longo dos cinco dias, no período da manhã e da tarde.

Este primeiro módulo abordou as regras do convênio entre o Sistema FAEP/SENAR-PR e o IAP, além das mudanças na estrutura, diretrizes, normas e procedimentos do órgão, que recentemente passou por mudanças no novo governo estadual.

“A FAEP firmou convênio com o IAP para que os sindicatos rurais possam ampliar a prestação de serviços na área ambiental. Esse convênio faz parte do Programa de Sustentabilidade Sindical, que visa procurar meios para fortalecermos o nosso sistema sindical e consequentemente atender o produtor rural”, destaca o coordenador do Departamento Sindical da FAEP, João Lázaro Pires.

Atendimento especializado

O colaborador Aparecido Ribeiro, do Sindicato Rural de São João do Ivaí, na região Norte Central, classifica o treinamento como de suma importância para aprimorar a orientação dada aos produtores sobre as questões ambientais. “Nós vemos que houve muita informação do CAR [Cadastro Ambiental Rural] e outras dúvidas sobre regularização. Então, a gente percebe que os sindicatos terão que estar muito bem preparados nesse sentido”, explica. Diante da busca constante por informação, Ribeiro define que o sindicato como ponto de referência para o produtor rural.

Para Pamela de Lima, do Sindicato Rural de São João, na região Sudoeste, o produtor, muitas vezes, procura o sindicato para receber orientações dos colaboradores. “Eles confiam. Nós não prestávamos esses serviços, então será uma maneira de trazer esse produtor ainda mais para dentro do sindicato”, afirma.

O formato videoconferência foi bem avaliado pelos participantes. O colaborador Aparecido define a experiência como proveitosa, pelo fato de unir a tranquilidade do estudo individual à interação com outras pessoas durante o curso. Além disso, a colaboradora Pamela destaca o custo-benefício do formato. “Facilita muito para nós que estamos mais distantes, por causa do deslocamento e dos custos. Achei espetacular”, complementa.

Próximo treinamento acontece em julho

As próximas duas etapas da capacitação serão realizadas de modo presencial. O módulo ambiental básico está marcado para o mês de julho e irá capacitar os funcionários de sindicatos que ainda não possuem domínio sobre os assuntos dos novos serviços ofertados pelo convênio. Posteriormente, o módulo avançado será voltado para os novos serviços ambientais, pois o sistema via internet do governo estadual passa por aprimoramento. Os módulos presenciais ainda não estão com as datas definidas.

Confira as principais dúvidas dos participantes durante o curso:

Quando preciso retificar o Cadastro Ambiental Rural (CAR)?

Segundo o Artigo 10 da Instrução Normativa (IN) 2 do Ministério do Meio Ambiente, as retificações no CAR deverão ser feitas sempre que:

- Os dados e informações declaradas estiverem incorretos e nos casos de desmembramentos, remembramentos, fracionamentos e alterações de natureza dominial ou possessória;
- Atendimento às pendências;
- Alterações da situação do cadastro do imóvel rural no CAR;
- Alterações de natureza ambiental decorrentes de impactos sobre as áreas declaradas, incluída a supressão e a exploração de florestas e demais formas de vegetação nativa;
- Evolução e estágio de cumprimento dos termos de compromisso e Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O CAR é uma única inscrição ou será necessário revalidar todo ano?

É uma única inscrição. Só é necessário retificar o CAR em algumas das situações acima citadas.

Quais os motivos que podemos solicitar o cancelamento do CAR?

- Duplicidade de envio do mesmo arquivo “.car”;
- Sobreposição com mesmo CPF ou CNPJ;
- Unificação de áreas do CPF ou CNPJ;
- Cadastro realizado em desacordo com o conceito de imóvel rural (áreas contínuas declaradas separadamente);
- Imóveis urbanos cadastrados no CAR;
- Decisão judicial.

CAR com a mensagem ATIVO, isso quer dizer que está tudo certo? Precisa só acompanhar ou pode mudar de situação?

O CAR está na situação ATIVO quando concluída a inscrição, enquanto estiverem sendo cumpridas as obrigações de atualização das informações, quando analisadas as informações declaradas no CAR e constatada a regularidade das informações relacionadas às Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Uso Restrito (AUR) e Reservas Legais (RL).

Entretanto, é preciso acompanhar sempre na CENTRAL DO PROPRIETÁRIO no site do CAR porque ele pode mudar de *status* após a análise, e se não forem atendidas as pendências solicitadas na notificação, pode ficar com *status* PENDENTE e depois CANCELADO.

Não tenho mais acesso ao e-mail cadastrado na Central do Proprietário, como devo proceder?

Deve-se solicitar o requerimento de alteração de e-mail – assinado pelo titular com a assinatura igual à carteira de identidade e aos demais documentos, CPF; demonstrativo do CAR e matrícula do imóvel. O órgão ambiental tem o prazo de 3 a 7 dias para analisar e encaminhar nova senha para o novo e-mail cadastrado. É importante anexar toda a documentação e o requerimento devidamente preenchido e assinado em um único e-mail.

A maioria dos produtores rurais se encaixa na solicitação de outorga de água ou cadastramento de uso insignificante?

A maioria das propriedades não é objeto de outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas obrigatoriamente de cadastro. São esses os casos:

- a) Usos de água subterrânea para pequenos núcleos populacionais (até 400 pessoas, em meio rural);
- b) Usos de vazões e volumes considerados insignificantes para derivações, captações, lançamentos de efluentes;
- c) Serviços de limpeza e conservação de margens, incluindo dragagem,
- d) Obras de travessia (pontes, dutos, passagens molhadas, etc.) de corpos hídricos que não interfiram no regime de vazões, quantidade ou qualidade do corpo hídrico.

Quais os documentos que devo solicitar para fazer o cadastramento de outorga de água?

Os documentos necessários para atender essa solicitação são: cópia de RG e CPF, comprovante de endereço, imagem do ponto solicitado (ex.: *Google Earth*), coordenadas em UTM e requerimento de uso de cadastro independente de outorga.

Quanto ao PRA, quem fez a adesão no momento da entrega do CAR, terá que fazer mais algum procedimento de imediato?

Não, deve somente aguardar a análise pelo órgão responsável e monitorar caso haja alguma pendência e exigências de informações.

Os avisos recebidos pelos produtores terão um prazo para ser atendidos?

Sim, geralmente está descrito na notificação recebida pelo produtor rural. Em média, o prazo é de 60 dias. Se o produtor tiver dificuldade de atender durante esse tempo, é possível fazer a solicitação de extensão desse prazo. É importante que faça essa solicitação antes do término do prazo inicial.

Existem áreas que ainda não foram cadastradas no CAR. Serão alvos de multa?

No momento, não. O impedimento de não fazer o cadastro é referente a crédito agrícola, licenciamento ambiental e retificações cartórios de registro.



Técnicos da área ambiental esclareceram dúvidas ao longo dos 10 cursos realizados pela FAEP

Governador visita Pitanga

No dia 7 de junho, o governador do Paraná, Carlos Massa Junior, o secretário do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes, e o deputado Alexandre Curi visitaram o centro de eventos Araucária e o recinto de leilões de bovinos, inaugurado recentemente pelo Sindicato Rural de Pitanga. O espaço, somando o centro de eventos e o recinto de leilões, conta com cerca de 4,6 mil metros quadrados e teve um investimento de R\$ 3,5 milhões para ser edificado. As autoridades políticas foram recepcionadas pelo presidente do Sindicato, Luiz Carlos Zampier, e sua diretoria.



Palestra de Liderança Rural em Castro

Durante Assembleia Geral do Sindicato Rural de Castro, no dia 12 de junho, o coordenador do Departamento Sindical da FAEP, João Lázaro, realizou a palestra sobre Liderança Rural e Representatividade. Na oportunidade, Lázaro destacou a importância do líder rural e seu engajamento junto ao sindicato rural. Ainda, na oportunidade, foi divulgado o curso de liderança rural desenvolvido dentro do Programa de Sustentabilidade Sindical.



Serviço de internet no Paraná

A diretoria da empresa Hughes, representada pelo gerente nacional, Everson Dias, gerente regional, Luiz Silveira, esteve na FAEP para debater a necessidade da rede de internet no Paraná. As entidades discutem uma futura parceria para oferecer o serviço, por meio dos sindicatos rurais, aos produtores e trabalhadores do campo.

Editais na bovinocultura leiteira fecha dia 28

O edital do SENAR-PR para o credenciamento de instrutores, por meio de pessoa jurídica, para ministrarem treinamentos na área de bovinocultura leiteira ficará aberto até dia 28 de junho. Os futuros contratados irão prestar os serviços nos 399 municípios do Paraná, conforme a demanda. Os instrutores que futuramente irão fazer parte do quadro do SENAR-PR serão responsáveis por treinar produtores e trabalhadores rurais nas áreas de “fenação e ensilagem”, “manejo, sistema e equipamento de ordenha” e “qualidade do leite”. O edital com todas as informações do processo seletivo está no site do Sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistemafaep.org.br), na seção “Editais”.

SENAR-PR capacita mulheres no turismo rural

Grupo se conheceu por meio do Programa Mulher Atual e idealizou o roteiro Caminhos Cambira, na região de Apucarana

Por Bruna Fioroni

Nos últimos anos, as transformações ocorridas no meio rural trouxeram um novo olhar sobre a vida no campo. O turismo rural, que até décadas atrás, era apenas um escape às dificuldades financeiras das fazendas, passou a ser visto sob outra perspectiva. Por meio da profissionalização, a atividade passou a ser um forte vetor para a revitalização econômica e social das regiões.

No Norte Central do Paraná, na região de Apucarana, um grupo de mulheres do município de Cambira descobriu no turismo rural uma nova forma de trabalho e, principalmente, de mudança de vida. O estímulo veio por meio do Programa Mulher Atual, uma iniciativa do SENAR-PR que fortalece a importância da mulher e do seu papel na sociedade, fomentando o potencial de liderança das participantes.

O pontapé inicial para o interesse no turismo rural ocorreu em 2015, quando as primeiras mulheres se conheceram durante o programa. Posteriormente, o grupo solicitou ao SENAR-PR os cursos “Turismo Rural e Oportunidade de Negócios”, “Artesanato como Recurso Turístico” e “Acolhida no Meio Rural”. Porém, na época, a maioria observou que ainda não tinham condições financeiras para começar um pequeno negócio de turismo. Então, optaram por organizar o grupo de Mulheres Empreendedoras Rurais com a Feira da Mulher Rural para começar a divulgar suas propriedades e seus produtos (veja quadro na página 26).

Em 2018, durante outra turma do Programa Mulher Atual, o interesse pelo turismo rural, dessa vez, veio para valer. As turmas de 2015 e 2018 se uniram e o espírito de equipe se instalou. O grupo, com 15 mulheres produtoras rurais, fez nove



Grupo reunido durante os cursos de turismo rural



Propriedade onde é servido o almoço



Cachoeira faz parte do roteiro



módulos na área de turismo rural, incluindo “De Olho na Qualidade Rural”, “Serviços de Restaurantes Rurais”, “Segredos da Boa Culinária Rural” e “Roteiros, Trilhas e Caminhadas Ecológicas”, além do Programa Empreendedor Rural (PER).

A instrutora do SENAR-PR Devanilde Alves orientou as mulheres durante boa parte do projeto. A transformação foi nítida e todas as ideias partiram do grupo. “Geralmente é mais difícil trabalhar em equipe, pois existe uma divergência de ideias. Esse [grupo] foi uma surpresa, deu muito certo. São mulheres apoiando mulheres”, afirma a instrutora.

Caminhos Cambira

Em abril deste ano, o grupo organizou quatro opções de roteiros integrando seis propriedades. O escolhido foi o Caminhos Cambira, que se tornou roteiro oficial após o lançamento no Salão Paranaense de Turismo em Curitiba, em maio.

A produtora rural Cássia Felix, uma das responsáveis pela apresentação do Caminhos Cambira em Curitiba, define o projeto como “um sonho que finalmente saiu do papel”. “Já tínhamos nos juntado várias vezes. Com a nova turma do Mulher Atual em 2018, idealizamos e conseguimos realizar. O que mais nos apoiou foram os cursos do SENAR-PR, além de a instrutora pegar na nossa mão e orientar”, conta.

No roteiro estão inclusos café da manhã às margens de uma represa, trilhas, degustação de cafés especiais e quitutes rurais, visita a um moinho de pedras e igreja histórica, banho de cachoeira, almoço em um pesque-pague e café da tarde, com ponto de vendas para os produtos. O custo é de R\$ 70 por pessoa.

“Somos parceiras. Nós idealizamos, organizamos e fomos atrás. Agora estamos começando a ter um retorno. Ainda é um extra, estamos no começo, mas temos pessoas que já estão investindo de verdade, modificando a propriedade para futuramente ser a única renda”, relata Cássia.

No sítio Bela Vista, a produtora Maria Cilce de Souza, que nunca havia pensado em trabalhar com turismo rural, é a responsável por abrir o roteiro com um café da manhã às margens da represa. A intenção é continuar se dedicando ao turismo e investir na infraestrutura da propriedade para este fim. “Será maravilhoso poder receber o pessoal e oferecer para eles um lugar de lazer, de descanso. Queremos fazer o melhor”, diz, animada.

Para Maria, o Programa Mulher Atual e os cursos do SENAR-PR foram o início de tudo. “É algo muito especial. A preparação que a gente recebe é muito boa mesmo”, conclui.

Café com Rosas

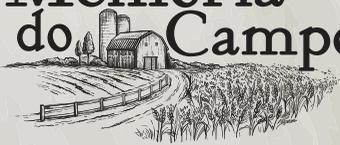
Outra propriedade do roteiro que chama atenção é a Café com Rosas, da produtora Rosa Moreira Santos. Como o próprio nome revela, a produtora possui plantação de café especial e cerca de 4 mil pés de rosa. A experiência é completa, com visita ao roseiral e ao cafezal, com posterior degustação de café especial. Além disso, Rosa também serve sucos, geleias, bolachas, bolo de milho, pamonha e outros quitutes derivados do milho, já que também há um milharal na propriedade.

ATUAÇÃO



Café da manhã é servido às margens da represa

Memória do Campo



“Eu sempre vivi em função dos outros, até que fiz o Mulher Atual. Sempre tive esse sonho de mexer com turismo rural e estou realizando agora. Há seis anos consegui esse pedacinho de terra, com poucas condições, mas assim que a gente vai conseguindo dinheiro, faz investimentos. É minha paixão”, conta Rosa, que pretende melhorar a infraestrutura do sítio para aumentar o número de turistas.

Segundo Rosa, a maior dificuldade, atualmente, é o acesso à propriedade, devido à situação das estradas. “Estamos lutando. Vou tentar fazer o possível para que as pessoas venham e se sintam bem. Se não temos uma coisa, conseguimos improvisar outra”, revela.

Toda a família de Rosa está envolvida no trabalho com a propriedade, inclusive nos cursos do SENAR-PR. “É algo que ajuda muito o pequeno agricultor. O lucro é importante, mas eu gosto mais da troca de experiências. É o gosto pelo trabalho. A gente desanima às vezes, por isso vamos buscar conhecimento e isso dá um ânimo. O SENAR-PR está aí para ajudar”, destaca Rosa.

A produtora, ainda, em sua primeira participação, conquistou o primeiro lugar na categoria “Micro Lote Natural” no Concurso Café Qualidade Paraná em 2017. “É gratificante colher grãozinho por grãozinho, secar e beneficiar. Com o carinho no trabalho, o sabor é outro”, complementa. A produtora também serve um café rural completo para as caravanas técnicas que vão à propriedade em busca das boas práticas de café especial.



Família da produtora Rosa Moreia faz parte do projeto

Feira da Mulher Rural

Antes do roteiro Caminhos Cambira, o grupo montou a Feira da Mulher Rural em 2016, ideia que surgiu após os primeiros cursos de turismo rural. Na feira, são vendidos cerca de 8 mil produtos em 17 barracas, desde artesanato à comida. Tudo inteiramente produzido pelas participantes.

“Vimos a oportunidade de sermos conhecidas, até então só éramos produtoras rurais” conta Cássia Felix, que também é presidente da feira. O requisito para participar é ter feito pelo menos um curso do SENAR-PR e não oferecer um produto que já esteja na feira. “A maioria já fez mais de cinco cursos”, complementa.



Livre de aftosa

Há 22 anos, o Paraná lutava para ser reconhecido como área livre de febre aftosa com vacinação. Na edição 486, no fim de junho de 1997, o Boletim Informativo trouxe uma matéria de capa, noticiando uma reunião do presidente da FAEP, Ágide Meneguette, e de uma comitiva de paranaenses, com o então ministro da Agricultura, Arlindo Porto, para tratar do tema, que era uma das principais bandeiras da pecuária do Paraná.

Na ocasião, o ministro se comprometeu a levar pessoalmente à Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) os testes de sorologia que comprovavam que o Paraná e o Mato Grosso do Sul já tinham condições sanitárias para serem declarados área livre de aftosa com vacinação.

Hoje, o sistema de sanidade animal do Paraná está tão robusto, que o Estado detém os melhores indicadores do país. Por tudo isso, o Ministério da Agricultura autorizou a retirada da vacina em território paranaense. Assim, o Estado está a um passo de obter o status de área livre de aftosa sem vacinação – reconhecimento que deve abrir ainda mais mercado internacional aos produtos da pecuária do Paraná.

Pesquisa avalia qualidades do chá mate

Estudo da Embrapa irá identificar características do produto em processo parecido com vinho e café. SENAR-PR oferece formações para produtores envolvidos com a cultura



O chá mate está prestes a ganhar um novo *status* e ficar próximo a bebidas como o vinho e o café, em termos de descrição de suas características. Um estudo promovido pela Embrapa Florestas, com sede em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, pretende mapear as qualidades sensoriais dos produtos derivados de erva-mate, um dos principais pontos que precisam ser melhorados na cadeia produtiva para agregar mais valor à cultura. Um dos nichos ainda pouco explorados por essa cadeia é a exportação, aspecto no qual a pesquisa em direção ao delineamento do mate tem papel crucial.

Atualmente, o Paraná é o Estado que mais colhe o produto no Brasil, com cerca de 600 mil toneladas ao ano, entre os ervais plantados e nativos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O fato mostra a potencialidade de exploração da cultura pelos produtores paranaenses. O total produzido no Estado é quase o dobro do

segundo colocado, Rio Grande do Sul, que produz em torno de 330 mil toneladas ao ano.

O estudo da Embrapa Florestas é desenvolvido pela cientista visitante Rossana Catie Bueno de Godoy, do Sensory and Consumer Research Center, da Universidade do Kansas, Estados Unidos. “Com a padronização e a classificação da matéria prima e dos produtos finais, as empresas ervateiras poderão utilizar os resultados dessa pesquisa para implantar sistemas de controle de qualidade sensorial, tornando-se mais competitivas nesse mercado globalizado, ampliando divisas pelas possibilidades de geração de novos produtos e mercados”, explica. A pesquisadora ainda completa que uma das possíveis aplicações é a classificação das bebidas quanto ao amargor, atendendo aos diferentes segmentos de consumidores.

Primeiro passo

A pesquisa analisa um total de 18 amostras de chá mate dentre produtos comerciais e clones selecionados pela Embrapa Florestas. O ponto de partida do estudo, iniciado em maio de 2019, é o levantamento dos termos descritivos do perfil sensorial dos chás. “É como se fosse um dicionário, no qual consta a descrição dos principais atributos do chá mate tanto para o sabor, quanto para o aroma. Usando como exemplo o aroma de madeira: se esse aroma é reconhecido pelos julgadores nas amostras, ele fará parte dos termos que descrevem o aroma do chá mate. Isso também vale para os atributos de sabor”, explica. Os atributos também são mensurados por escalas, como já acontece nas avaliações de bebidas como o vinho e o café.

SENAR-PR

O SENAR-PR oferece formações específicas para trabalhadores e produtores de erva-mate, nas áreas de adubação, tratamentos culturais, podas, pragas e doenças e produção. Além disso, há diversos outros cursos relacionados à atividade, como nas áreas de uso de ferramentas, trabalho em altura, operação de roçadeiras e diversas outras opções. Para saber mais sobre as formações oferecidas pelo SENAR-PR, basta procurar o sindicato rural mais próximo ou um dos escritórios regionais da entidade.



CASCVEL

NOVA DIRETORIA

No dia 22 de maio, Paulo Roberto Orso assumiu a presidência do Sindicato Rural de Cascavel, ao lado de Modesto Feliz Daga como vice-presidente na gestão 2019/22. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, o secretário de Agricultura de Cascavel, Ney Haveroth, o prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, o secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara, e o presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins, prestigiaram o evento.



APUCARANA

NOVA DIRETORIA

No dia 24 de maio, Claudomiro Rodrigues da Silva tomou posse como presidente do Sindicato Rural de Apucarana para a gestão 2019/22. Geraldo Ermelindo Maronezi assumiu como vice-presidente da entidade.



DOURADINA

ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

O Sindicato Rural de Umuarama organizou o curso “Trabalhador na Operação e na Manutenção de Escavadeiras - Escavadeira Hidráulica - NR 31.12”, entre os dias 1º e 5 de abril, na sua extensão de base em Douradina. O instrutor Bruno Bovi Vieira treinou seis pessoas.



CAMPINA DA LAGOA

SOJA MIP

No dia 3 de abril ocorreu o encerramento do curso “Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - Soja MIP - Inspetor de Campo em Manejo Integrado de Pragas”. As aulas da capacitação organizada pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa foram ministradas pelo instrutor Brasil dos Reis para 20 participantes.



GUAPOREMA

CULTIVO DE TREPADERAS

Um grupo de 10 pessoas participou do curso “Trabalhador no Cultivo de Trepadeiras Frutíferas – Maracujazeiro”, nos dias 9 e 10 de maio, com a instrutora Maria Helena da Cruz. A organização foi do Sindicato Rural de Rondon.



CIDADE GAÚCHA

JAA

No dia 9 de maio, 18 alunos do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) participaram da campanha do Maio Amarelo juntamente com a Polícia Militar, Detran e as autoescolas, com a entrega de panfletos para a conscientização dos motoristas no trânsito. A ação foi organizada pelo Sindicato Rural de Cidade Gaúcha e a instrutora Márcia Aparecida Bresciani.



SANTO ANTONIO DA PLATINA

INTRODUÇÃO A INFORMÁTICA

Entre os dias 13 e 24 de maio, 14 pessoas participaram do curso “Programa de Inclusão Digital - Introdução a Informática” organizado pelo Sindicato Rural de Santo Antonio da Platina e o Colégio Estadual Maria Dalila. Na ocasião, o instrutor foi Thiago Eiras Fernandes da Silva.



JAGUAPITÃ

JARDINAGEM

A instrutora Maria de Fátima Cavalheiro Marcondes ministrou aulas no curso “Jardinagem - Implementação e Manutenção” para 10 alunos. O curso organizado pelo Sindicato Rural de Jaguapitã aconteceu entre os dias 14 e 16 de maio.

VIA RÁPIDA



Serviço doméstico radical

Para alguns, passar roupa pode ser uma tarefa doméstica monótona. Para outros, é esporte levado a sério. O *ironing extreme*, ou passagem de roupa ao extremo, é uma atividade que combina o esporte radical com aquela camisa passada. Dizem que surgiu na Inglaterra por volta de 1997. Mas é na Alemanha onde há um campeonato com diferentes modalidades.



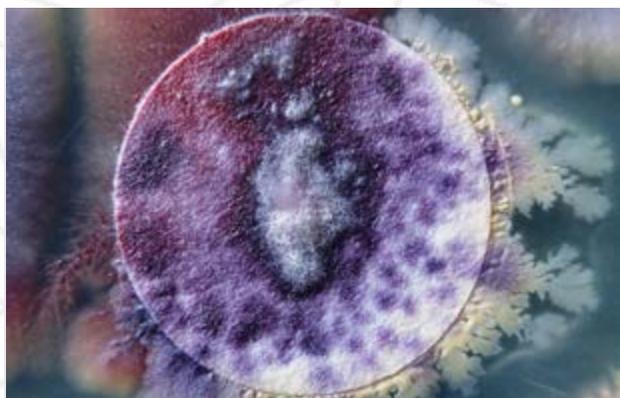
Queijo na dieta

Caso você opte por fazer dieta, não precisa cortar drasticamente o queijo. Há algumas variedades com bastante gorduras, como o gorgonzola, parmesão e provolone. Mas a proteína do queijo é rica e fácil de ser absorvida pelo corpo, sem contar sua alta concentração de cálcio. Ainda, o alimento ajuda a equilibrar a flora intestinal e a reduzir a gordura corporal. Ou seja, fora algum tipo de alergia ou intolerância, o queijo nem é de todo o vilão da dieta.



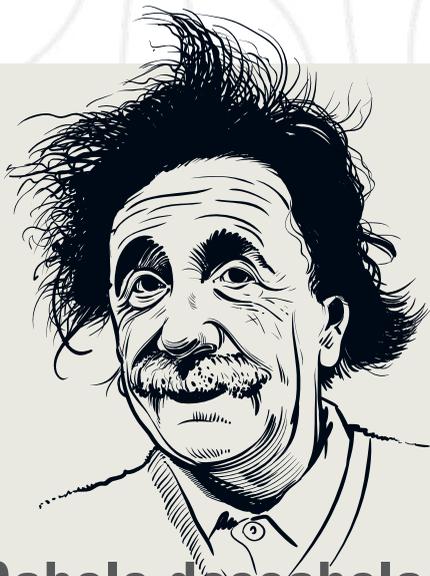
Festa Junina

No Brasil, a festa tradicional acontece no mês de junho e simboliza a chegada da colheita de inverno. A fogueira acesa é em homenagem a São João. Segundo a tradição católica, sua mãe Isabel pediu para que acendessem uma fogueira quando seu filho nascesse para avisar a sua prima Maria, mãe de Jesus.



Fungo ostentação

Foi descoberto na Austrália uma espécie de fungo que faz mineração de ouro. Segundo os cientistas, o *Fusarium oxysporum* tem a vantagem de atrair as partículas de ouro para si. A suspeita é de que seria para acelerar o crescimento dos espécimes. As pesquisas sobre o fungo podem beneficiar mineradoras, indicando onde há ouro para extração.



Cabelo descabelado

A síndrome do cabelo impenteável é raríssima, acometendo cerca de 100 pessoas no mundo. A doença é responsável por deixar o cabelo da pessoa em pé, embaraçado e quase impermeável, impossível de pentear sem causar desconforto, dando ao indivíduo portador da síndrome um *look* despojado. Dizem que Albert Einstein também sofria da mesma.



Aprovado ou reprovado?

Joãozinho chega em casa e diz:
- Mãe, eu descobri que sou mais inteligente que a professora.
- Por que você acha isso?
- Porque eu passei de ano e ela continuou no mesmo.



Bola de tinta

De 1997 a 2004, o casal Michael e Glenda Carmichael passou camadas de tinta em uma bola de beisebol. Após aproximadamente 18 mil pinceladas, o feito resultou no recorde da maior bola de tinta do mundo, com 2,77 metros de circunferência.



Medina Azahara

A cidade da Espanha foi construída por volta de 936 e tombada como patrimônio da humanidade pela Unesco em 2018. Foi construída sob o comando do califa Abderramão 3º, quando parte do território espanhol era controlado por árabes. A cidade é adornada com mármore branco, calcário púrpura, pedras da Serra de Cabra e ouro para representar o poder do califado. Com tanto luxo, Medina Azahara foi chamada de "a mais bela do mundo". Infelizmente, sua beleza e esplendor só duraram 70 anos. Hoje, as suas ruínas recebem visitas de turistas de todo o mundo.



UMA SIMPLES FOTO



NOVOS CURSOS PARA SUINOCULTURA

SENAR-PR oferece três novas capacitações na atividade: Reprodução, Maternidade e Creche

Interessados devem procurar o seu sindicato rural ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR



SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

